

O fazer da interpretação

O objetivo desta aula é construir, de maneira gradual, o entendimento sobre a tarefa do intérprete, sobre as características próprias aos tipos de interpretação, e como esses conceitos podem ser vistos na atuação do Intérprete de Língua de Sinais. Para cumprir tal objetivo, parte-se de uma discussão que se propõe mais geral sobre o ato interpretativo, sua origem e histórico até chegar à prática da interpretação em língua de sinais.

No que consiste interpretar

Entre as atividades mais antigas da história, com certeza encontra-se a interpretação. Os primeiros intérpretes foram os hermeneutas, que se propunham a traduzir a vontade divina para o povo. No entanto, a atividade de interpretação carece de documentação que explique sua trajetória ao longo dos séculos:

Na Antiguidade, antes do Renascimento, os intérpretes raramente eram mencionados; uma possível causa para esse fato era a primazia dada ao texto escrito em relação à palavra oral. A posição social dos intérpretes pode também explicar sua omissão nos anais da história: híbridos étnicos e culturais, muitas vezes do sexo feminino, escravos ou membros de um grupo social desprezado, isto é, cristãos, armênios e judeus que viviam na Índia Britânica, esses intermediários não receberam nos registros históricos o tratamento devido. (ROSA, 2008, p. 109)

Sob essa perspectiva, Rosa (2008) avalia que muito do conhecimento sobre o trabalho que os intérpretes realizaram no passado chegou até os dias atuais por meio de fontes tais como: cartas, diários, memórias e biografias dos próprios intérpretes. O que os pesquisadores dos Estudos da Tradução apontam como consenso na história dos intérpretes – e também dos tradutores – é o fato de os primeiros intérpretes atuantes terem sido formados na prática. Na verdade, apesar da existência, atualmente, de cursos de formação para intérpretes e tradutores, muitos profissionais ainda começam na carreira por meio do “método” chamado pelos profissionais da área “*de sink or swim*”, expressão em inglês que significa literalmente ‘afogue-se ou nade’, e que se refere ao fato de que os intérpretes simultâneos eram colocados na cabine para interpretar sem que recebessem previamente qualquer treinamento formal” (PAGURA, 2003, p. 216).

De modo geral e de forma a iniciarmos a discussão proposta para esta aula, pode-se dizer que o ato de interpretar envolve um processo cognitivo-linguístico, ou seja, estão implicadas no ato interpretativo capacidades linguísticas (que não deixa de ser uma capacidade cognitiva, porém mais específica) e capacidades cognitivas mais gerais, como o armazenamento da informação na memória de curto prazo, por exemplo. Durante a interpretação, o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. Assim, ele é completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) que se estabelece entre dois “mundos”, com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Esse poder de pôr “realidades” diferentes em comunicação em tempo real – diferentemente da tradução escrita, a interpretação lida com seu público-alvo e com a língua de partida no momento exato da interação verbal, “tudo” tem de ser resolvido ali, perante os envolvidos no ato comunicacional e em tempo real – muitas vezes ganha uma aura de magia:

Vista de longe, a tradução simultânea parece mágica. Vista de perto, parece loucura. O intérprete tem que ouvir e falar ao mesmo tempo, repetindo em outra língua palavras e ideias que não são suas, sem perder de vista o conteúdo, a intenção, o sentido, o ritmo e o tom da mensagem transmitida por seu intermédio. Não tem qualquer controle sobre a complexidade, a velocidade, a clareza ou a lógica do apresentador. [...] Precisa tomar decisões instantâneas, ininterruptamente. Precisa administrar uma comunicação silenciosa com um colega de cabine, trocando olhares e anotações, fazendo consultas a documentos e dicionários, retardando a tradução de alguns trechos até que o entendimento esteja completo. Como não bastasse, está a metros de distância do apresentador, impossibilitado de qualquer interrupção para esclarecimentos. Dá mesmo pra duvidar que seja possível. E, no entanto, é. (MAGALHÃES JUNIOR, 2007, p. 20)

Em termos de procedimento, do que é preciso fazer no ato interpretativo, como se pode constatar no relato de Magalhães Junior (2007), o intérprete processa a informação dada na língua-fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua-alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua-fonte. Todavia, a atividade de interpretação é por demais dinâmica, exige, muitas vezes, não apenas conhecimento das línguas ou boa capacidade para armazenamento de informação, mas também bom senso, jogo de cintura, rápida tomada de decisões e, sobretudo, autocontrole e calma, para lidar com situações tão adversas como a apontada por Magalhães Junior na prática da interpretação consecutiva:

Um dignatário internacional pode pedir a palavra e deixar-se levar por cinco minutos, esquecido da necessidade de tradução. E enquanto isso o intérprete vai ficando amarelo, verde, azul, lilás e roxo, como aquele bonequinho do Super Mario que nada desesperado embaixo d’água tentando chegar à superfície. Quando a palavra finalmente lhe é passada, não adianta apelar. A estrela fez o show, e o intérprete agora que se vire. A depender do convidado, uma interrupção ou outra para esclarecimento talvez seja possível, mas alguém se arrisca a uma simpática cotovelada nas costelas do Comandante Fidel durante um de seus infundáveis discursos? Só se for você! (MAGALHÃES JUNIOR, 2007, p. 59)

Como se não bastasse, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. O que não significa que esta seja uma profissão impossível de se exercer com qualidade. A verdade é que por ser um fenômeno tão complexo, tão dinâmico, que coloca o profissional em confronto durante todo o tempo, ora com seu cliente, ora com o discurso a interpretar, ora com seus medos – alguns justificáveis e esperados, outros nem tanto –, o ato interpretativo é visto como algo no qual não se pode incorrer em erro, afinal, do desempenho do intérprete depende o de outras pessoas. Não se pode negar que o desempenho de outras pessoas (alunos, conferencistas, políticos, empresários etc.) depende, até certo limite, do desempenho do intérprete. Contudo, tal como em outras profissões e também pelo fator humano, o risco do erro existe, erros atravessam o processo de comunicação entre as pessoas o tempo todo – independente de elas precisarem de um intérprete –, mas a possibilidade do erro, ou melhor, a eventualidade do erro deve ser vista como uma oportunidade de aprender, de rever processos, tomadas de decisões e quaisquer outras atitudes que possam influenciar a desenvoltura do intérprete, sem perder de vista que o erro pode, e muitas vezes é, ser de responsabilidade de outro envolvido no processo de interpretação (mais sobre esse assunto pode ser encontrado no texto complementar desta aula), o conferencista, por exemplo. Quanto à possibilidade de erro inerente ao desempenho da função e aos medos que ela provoca, vale a pena, para além da discussão elaborada aqui, que você, estudante aspirante a intérprete ou já atuante na profissão, reflita sobre o seguinte:

Se analisarmos bem os temores mais frequentes na mente de um intérprete iniciante, veremos que são, em sua maioria, sociais e circunstanciais, e não receios técnicos. [...] O problema, mais uma vez, reside em nosso desconhecimento, em nossa ignorância em relação ao que se espera de nós e até ao que de fato vem a ser tradução simultânea. Aqui, como na maior parte das circunstâncias da vida, a expectativa condiciona os resultados. Se eu imagino que todos esperam de mim um desempenho impecável, digno de uma máquina perfeitamente construída para substituir palavras e conceitos, trasladando-os com precisão a um outro universo semântico, sofro a cada pequena hesitação e ao primeiro lapso de memória ou pronúncia. Se imagino que não posso errar, e que todos estão ali na plateia para me julgar, crio um nível de tensão absurdo. No início da carreira, o que mais nos mete medo é o público. Quanto mais gente na plateia, pior. E se alguém vira a cabeça para trás, então, para procurar o intérprete dentro da cabine, aí aquele restinho de confiança que ainda resistia escorre pelo ralo. E bem podia ser um olhar de admiração! (MAGALHÃES JUNIOR, 2007, p. 64-65)

Pelo exposto até aqui, você deve ter observado a dificuldade de se falar em interpretação sem associá-la a um tipo de interpretação – a simultânea ou consecutiva. Isso porque, essas modalidades de interpretação demandam exigências diferentes, levando a práticas diferenciadas do ponto de vista das condições de atuação, processos empregados na realização da atividade, entre outros. Portanto, agora a intenção é esclarecer, mais especificamente, no que consistem a interpretação consecutiva e a simultânea.

Interpretação simultânea e interpretação consecutiva

Para aprofundamento nas modalidades de interpretação, serão tratados aqui dois modelos teóricos. O primeiro, chamado de Teoria Interpretativa da Tradução, proposto por Danica Seleskovitch e seguido por Marianne Lederer, foi elaborado a partir de análises e considerações em torno da interpretação consecutiva; o outro, Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, proposto por Daniel Gile, foi construído tendo como objeto de estudo a interpretação simultânea. Em comum, ambos os modelos tentam chamar a atenção para a necessidade de interpretar em vez de meramente traduzir, ou seja: ressaltam a importância da construção própria do sentido na transposição do discurso oral de um idioma para outro. Antes do início da exposição, convém dizer que as considerações sobre esses dois modelos tomaram por base o estudo de Freire (2008) e são, portanto, releituras de uma leitura em particular, o que justifica a referência apenas desse autor, e não a dos autores dos originais.

Conforme Freire (2008), as autoras da Teoria Interpretativa da Tradução consideram que o processo interpretativo envolve três etapas:

- a fusão dos elementos do sentido linguístico com o conhecimento extralinguístico para obter o sentido;
- a desverbalização desse sentido à medida que ele surge;
- a expressão espontânea desse sentido de modo linguístico (SELESKOVITCH; LEDERER, 1989, p. 21 *apud* FREIRE, 2008, p. 153).

Essa teoria também é chamada de Teoria do Sentido por procurar alcançar o sentido expresso no discurso oral na língua de partida em vez do significado das palavras empregadas. Sob tal perspectiva, a tradução na língua-alvo é feita a partir do significado do discurso como um todo, e não a partir do significado de cada palavra. Na verdade, segundo Freire (2008), as autoras argumentam que para preservar o sentido/significado veiculado no discurso de partida os intérpretes utilizam um recurso denominado pelas autoras de *desverbalização* que consiste em “memorizar o sentido do que foi dito sem supervalorizar a memorização das palavras com que esse sentido foi expresso. Assim, torna-se menos dificultosa e mais precisa a reprodução espontânea do sentido expresso no discurso oral em língua estrangeira na língua materna” (FREIRE, 2008, p. 154).

Pode-se dizer, em outras palavras, que a Teoria Interpretativa encoraja os intérpretes a dissociarem as ideias das palavras usadas para dar forma a essas mesmas ideias. Isto é, uma ideia emitida numa língua-fonte não precisa encontrar expressão na língua-alvo com as mesmas palavras empregadas na língua fonte. Daí as autoras afirmarem que: “O propósito da interpretação é apreender o que foi expresso em uma língua e transportar essa mesma realidade, ou *sentido*, de modo fidedigno em outra língua” (SELESKOVITCH; LEDERER, 1989, p. 21, grifo das autoras, *apud* FREIRE, 2008, p. 154).

Esse processo de desverbalização de que falam as autoras conta com o auxílio de outros elementos como o conhecimento prévio, que elas denominam por “complementos cognitivos”. Nesse sentido, conhecimento de mundo, do momento, do lugar, das circunstâncias nas quais um discurso é formulado, da memória do que foi dito anteriormente, do conhecimento de quem é o locutor e de quem são os ouvintes é o que permite que o intérprete receba a mensagem na língua de partida e a compreenda, construa para ele um sentido, mas um sentido que é antes uma ideia, um pensamento, não ligado a palavras específicas, e sim ao conteúdo, ao contexto da comunicação. Isso é o que se pode encarar como uma espécie de sentido formulado a partir de uma memória não verbal sobre o que foi dito, tratando-se este último recurso do conceito chamado pelas autoras de contexto cognitivo. Esse recurso dá conta do fato de que ao ouvir ou ver vários minutos de um discurso o que o intérprete retém é a ideia do que foi expresso, uma ideia que não vem “formatada” em palavras, uma vez que “os intérpretes de formação empregam sua memória a respeito do que foi dito anteriormente para compreender as frases ao passo em que são enunciadas, pode-se inferir que, muitas vezes, as palavras ditas anteriormente perderam sua forma verbal” (FREIRE, 2008, p. 155). Dessa maneira, de acordo com as autoras, o intérprete ao transladar um discurso se pergunta sobre “o que significam estas palavras, esta frase, aqui e agora?” (SELESKOVITCH; LEDERER, 1984, p. 104-105, *apud* FREIRE, p. 158).

Até aqui, foi exposto do que se trata e, minimamente, como ocorre a interpretação consecutiva, as capacidades mobilizadas para tal e como se manifestam. Agora, a atenção se volta à Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, de Daniel Gile, cujo ponto de apoio para o desenvolvimento foi o estudo da interpretação simultânea. De acordo com Freire (2008, p. 160), Gile aponta que há três esforços compreendidos no ato interpretativo:

- esforço de audição e análise (no caso da Libras, esforço de visão e análise);

- esforço de produção;
- esforço da memória de curto prazo.

Então, conclui-se que na interpretação simultânea o profissional deve entender o discurso em língua-fonte produzido pelo palestrante, reformulá-lo em um discurso equivalente na língua-alvo e armazenar em sua memória de curto prazo o que foi dito anteriormente. Quanto ao esforço de captar o discurso proferido pelo palestrante, Freire (2008, p. 168) observa, oportunamente, que:

O intérprete deve ser capaz não só de relacionar os sinais linguísticos a seu próprio conhecimento de mundo como, também, de eliminar a ambiguidade que pode surgir de erros cometidos pelo palestrante em relação à correção gramatical (forma) e discursiva (conteúdo). O esforço de audição e análise não compreende a mera apreensão de um sentido que existe *de per se*, mas sim a reconstrução do sentido expresso em língua estrangeira na língua materna do intérprete.

Quanto ao esforço de produção, diz-se que compreende operações que vão desde a representação mental da mensagem a ser apresentada, passando pelo planejamento do discurso a ser reproduzido, até a concretização desse planejamento. Esse processo, por sua vez, revela que as combinações entre as palavras de um idioma são muito diferentes das apresentadas em outro idioma. Daí o intérprete ter de armazenar em sua memória de curto prazo, o terceiro esforço, as ideias e informações relevantes durante o evento de interpretação em que está envolvido, de forma que ele possa recuperar esse conteúdo sempre que isso for necessário ao entendimento do trecho a ser traduzido. Por fim, convém observar que deve haver o que Gile (*apud* FREIRE, 2008, p. 160) chama de coordenação, que, atuando paralelamente aos três esforços, desenvolve a tarefa de elemento moderador entre eles.

Além disso, a discussão do estudo de Gile também é útil para os objetivos desta aula ao evidenciar a complexidade, a responsabilidade, as expectativas e a relação desigual entre o intérprete, o palestrante e o público, pois o profissional envolvido no ato de interpretação simultânea:

- não controla a produção do discurso da mesma forma que o palestrante, já que é este quem dita o ritmo;
- não pode ter, geralmente, o mesmo alcance de compreensão do assunto tratado se comparado ao público, posto que este, usualmente, se interessa por palestras e conferências que têm a ver com sua formação profissional, acadêmica, com seus anseios e experiências pessoais (comumente

uma pessoa não vai a um congresso técnico sobre engenharia ambiental, por exemplo, se não tiver alguma afinidade com a área, o intérprete, comparado a essa pessoa, pode possuir menor bagagem de conhecimentos e termos próprios da área);

- deve contar com uma memória de curto prazo muito mais ampla do que a do palestrante e do público, haja vista que estes podem lançar mão de anotações a qualquer momento da palestra; e
- deve ser capaz de coordenar de modo adequado a compreensão do discurso na língua-fonte até a produção do discurso na língua-alvo e a utilização da memória de curto prazo ao passar do estágio do que recebe (*input*) para o estágio do que produz (*output*) durante toda a interpretação.

Claro que, na interpretação simultânea, se o intérprete puder ter acesso ao conteúdo da palestra antecipadamente, tanto melhor, pois poderá se preparar, estudando o texto, construindo seu significado, procurando equivalentes na língua-alvo dos termos empregados na língua-fonte. Já na interpretação consecutiva, que envolve a interpretação de discursos/textos que não gozam do mesmo nível de planejamento dos empregados em palestras e conferências que implicam a interpretação simultânea, o profissional precisa se organizar, criar estratégias para, a cada turno de fala, poder usar em seu favor o momento de “intervalo”.

Para concluir esta seção, cabe dizer que tanto interpretação simultânea quanto consecutiva exigem a mobilização de capacidades variadas, são tarefas complexas, entremeadas de pormenores, mas que, no fim, dizem respeito a se poder “transpor” uma mensagem da forma mais fidedigna possível de uma língua a outra. Assim, por terem uma característica fundamental em comum, essas modalidades de interpretação se entrecruzam, pois uma, de certa forma, é evolução da outra, posto que os primeiros trabalhos de interpretação, por razões históricas, circunstanciais, de evolução de tecnologia e de objetivos perseguidos, foram consecutivos. Muito posteriormente na história da humanidade é que se fez necessária a interpretação simultânea. Atualmente, esta predomina no cenário interpretativo, contudo, como relata Pagura (2003, p. 211), “a consecutiva tem papel preponderante no treinamento de intérpretes simultâneos, uma vez que nesse modo se desenvolvem as técnicas que serão fundamentais para o desempenho da simultânea, tais como a capacidade de compreensão e análise do discurso de partida”.

A (in)visibilidade do intérprete

Até esta seção, falou-se do ato interpretativo e do intérprete de forma mais geral, abrangendo tanto intérpretes de línguas orais quanto de línguas de sinais. A partir daqui, o foco estará na atuação do Intérprete de Língua de Sinais, nas especificidades de seu trabalho, nos desafios, enfim, nas características que justificam um tratamento em separado para os Intérpretes de Línguas de Sinais. Para dar início à reflexão, resgata-se aqui um excerto da obra de Magalhães Junior já citado anteriormente nesta aula: “No início da carreira, o que mais nos mete medo é o público. Quanto mais gente na plateia, pior. *E se alguém vira a cabeça para trás, então, para procurar o intérprete dentro da cabine, aí aquele restinho de confiança que ainda resistia escorre pelo ralo*” (2007, p. 65, grifo nosso).

Evidentemente, a primeira grande diferença entre intérpretes de línguas orais e de línguas de sinais é o canal de recepção e produção das línguas envolvidas. No primeiro caso, audição e aparelho fonador, no segundo, visão e o uso das mãos, do corpo. Se o canal de recepção das línguas de sinais é a visão, o Intérprete de Línguas de Sinais não pode se “refugiar” dentro de uma cabine lá atrás”. Seu trabalho, devido à natureza da língua com que lida, o expõe à plateia o tempo todo. Durante todo o ato interpretativo o profissional está lá, sob o olhar de seu público. Como, então, falar de invisibilidade do intérprete? Em que sentido? É o que se pretende esclarecer. Para tanto, são empregadas aqui as reflexões tecidas por Andréa Silva Rosa (2008).

Além da evidente visibilidade física do intérprete, se procura falar aqui de uma visibilidade que, em termos simples, se poderia definir como as marcas que o intérprete deixa no produto de sua interpretação/tradução, isto é, quanto do intérprete, de sua contribuição, pode ser visto na interpretação. Em princípio, partindo do senso comum, e de algumas vertentes mais literais de tradução, o esperado é que o intérprete seja invisível no resultado do ato interpretativo. Mas o desejo dessa invisibilidade, muito acalentado em traduções escritas de vertente mais literal, se já é paradoxal na própria tradução escrita, da qual o público-alvo recebe apenas o produto – o texto impresso ou digitalizado –, o que dizer da interpretação, em que o público “acompanha”, talvez intua, o processo de interpretação. Mais ainda, o que pensar sobre a interpretação em língua de sinais, na qual, além da presença corpórea, o intérprete – daqui por diante tratado apenas como ILS (Intérprete de Língua de Sinais) – “viabiliza a comunicação entre surdos e ouvintes, identificando-se com o orador, exprimindo-se na primeira pessoa” (ROSA, 2008, p. 115)?

Tanto na tradução quanto na interpretação, é preciso, por vezes, que o tradutor ou intérprete, para lançar uma ponte entre duas culturas, explicita, ou mesmo explique, conhecimentos que não são comuns ao público da tradução ou interpretação. Na tradução escrita, o tradutor se utiliza de notas de rodapé, glossários e outros recursos. Na interpretação, esses esclarecimentos têm de estar ao longo do discurso traduzido, integrando-o, e não como um anexo. Alguns recursos usuais, geralmente bem-sucedidos na interpretação da Libras, consistem em empregar exemplos, estabelecer comparações, fornecer definições de termos ou palavras que se pressupõem como desconhecidas do surdo, tudo isso durante o fluxo interpretativo. No que diz respeito ao ILS, essa necessidade de esclarecimentos é ampliada, já que o seu público-alvo, o surdo, muitas vezes não tem acesso ao patrimônio cultural, ao conhecimento e às informações veiculadas para os ouvintes – basta pensar, para se ter uma ideia, no quanto a programação da televisão brasileira está adaptada para que surdos possam acompanhá-la integralmente, afinal, poucos programas, em horários específicos, detêm a ferramenta de *closed caption* (legenda oculta), quanto mais traduções em língua de sinais. Acontece, porém, que nesse processo de “explicitar” o intérprete deixa marcas, vestígios de sua presença. Isso é natural, inerente ao fenômeno de tradução e interpretação, mas há certos limites a se respeitar:

O intérprete necessita fornecer pistas suficientes à interpretação e à reconstrução do sentido na língua de sinais, tendo o cuidado, entretanto, de não explicar excessivamente, para não restringir a compreensão dos surdos, além da preocupação em não deixar conceitos totalmente desvinculados, que vão dificultar ou até impedir o estabelecimento da coerência do discurso na língua de sinais, ou seja, na língua de chegada. (ROSA, 2008, p. 120)

A autora cita um exemplo prático disso ao relatar o caso do uso do sinal de “inclusão” numa palestra, por não entenderem o conceito, por não o vincularem ao restante do conteúdo da palestra, muitos surdos interpelaram o intérprete sobre o significado do mesmo. O ILS, então, interrompeu o fluxo de interpretação para explicar o significado da palavra “inclusão” empregada pelo orador. Ao término da palestra, um surdo dirigiu ao palestrante uma pergunta relacionada ao tema da inclusão, empregando de forma correta o termo que acabara de aprender. Isso significa que, de um lado, a interrupção na interpretação foi positiva, pois ao se apropriar de um novo conceito o surdo pôde vinculá-lo ao universo de conhecimentos que já detinha e compreender a matéria, a ideia, da palestra. De outro lado, nas palavras da autora:

Porém, dessa opção, advém um questionamento frequente: e o que o palestrante disse, durante o tempo em que o intérprete estava dando os devidos esclarecimentos sobre a palavra inclusão, os surdos perderam? Em meu ponto de vista, a minha resposta para essa situação específica é *não*. A perda estaria, a meu ver, em não compreenderem o contexto, a ideia da

mensagem do orador, em não poderem expor a sua opinião sobre a sua própria educação, em não poderem estar incluídos pela palavra. O não esclarecimento ocasionaria uma suposta fidelidade e a ilusão de ser possível transmitir tudo, durante o ato interpretativo. (ROSA, 2008, p. 121)

De forma a justificar a escolha com a qual o ILS se depara e saber que atitude tomar – até onde explicar o significado –, a autora lança mão da diferença estabelecida por Humberto Eco (1987, p. 50, *apud* ROSA, 2008, p. 124) entre usar um texto e interpretá-lo: “Se há algo para ser interpretado, a interpretação deve falar de algo que deve ser encontrado em algum lugar, e de certa forma respeitado”. Nesse sentido, ao interpretar, se pressupõe que há um sentido pretendido pelo autor do discurso interpretado e esse sentido deve ser respeitado, contemplado, alcançado. No uso de um texto, ou discurso, o sentido é estendido, não há a preocupação de respeitar uma coerência interna ao texto ou discurso original. Você, estudante, deve estar se perguntando “como serei fiel ao sentido pretendido pelo autor do discurso interpretado?”. Pois saiba que essa é uma excelente questão, para a qual há, igualmente, uma ótima resposta.

Embora o significado de uma mensagem seja construído pelo receptor da mesma e ainda que não haja nela apenas um sentido a desvelar, isso não faz com que não seja possível uma tradução que contemple o sentido pretendido pelo autor dessa mensagem. Afinal, o sentido buscado pelo autor da mensagem, aquele que espera que seja alcançado, deixa pistas ao longo do discurso, pistas por meio das quais se pode confirmar se o sentido que está sendo construído se aproxima ou se distancia do sentido pretendido. Ou dito de outra forma, a interpretação/compreensão de uma parte do texto será válida se estiver de acordo com todo o texto/mensagem. É preciso, então, respeitar a coerência interna do discurso que se está interpretando, conforme explicação de Humberto Eco empregada por Rosa:

[...] qualquer interpretação feita de uma certa parte de um texto poderá ser aceita se for confirmada por outra parte do mesmo texto, e deverá ser rejeitada se a contradisser. Neste sentido, a coerência interna do texto domina os impulsos do leitor, de outro modo incontroláveis. (ECO, 1993, p. 76, *apud* ROSA, 2008, p. 127)

Um outro problema a considerar é quando se incorre em erro na interpretação, seja ao se desviar do conteúdo pretendido pelo palestrante, seja ao empregar um termo técnico erroneamente, ou ainda omitir, por exemplo, numa descrição detalhada sobre um objeto, um ou dois adjetivos. Como visto em outra passagem desta aula, erros são eventualidades, o que significa que podem e vão ocorrer. Além de aprender com os mesmos, é preciso ainda que o intérpre-

te tenha discernimento para saber quando e como se corrigir. Não há receitas nem guias para tanto, o intérprete, como muitos outros profissionais, terá de aprender na prática, e também pela troca de experiência, quando e como se corrigir. Nesses momentos, é bom ter em mente que em uma interpretação podem haver erros gravíssimos, que comprometem o conteúdo interpretado, e erros perdoáveis, que não chegam a comprometer a qualidade do conteúdo do discurso interpretado.

No caso de um erro gravíssimo, é responsabilidade ética do profissional se corrigir, sem perder de vista que, a depender da estratégia empregada, ele pode, às vezes, intencionalmente ou não, se eximir da culpa, incorrendo, da mesma forma, em falta de ética. Considere, por exemplo, uma situação de interpretação em que você, estudante, é o cliente e não tem domínio da língua-fonte, não podendo, portanto, checar as informações recebidas do intérprete. Num dado ponto da interpretação, o intérprete sinaliza algo que equivaleria em português a “Perdão, na verdade, eu quis dizer problemas sociais, e não políticos.” Nesse momento, a quem você atribuiria essa correção? Ao intérprete ou ao palestrante? A verdade é que não é possível saber. Esse é um caso em que o intérprete pode se eximir da culpa de um erro que pode ter sido dele. Em casos assim, o recomendado é encontrar ocasião oportuna durante a interpretação e se retirar do papel de primeira pessoa do palestrante e se corrigir na terceira pessoa: “o intérprete, na verdade, quis dizer problemas sociais e não políticos”. Essa saída de personagem é também uma manifestação de visibilidade, pois explicita que não há neutralidade possível nesse papel.

Certamente, você deve estar pensando que não é tarefa fácil equilibrar-se entre a visibilidade e invisibilidade no discurso interpretado, e, de fato, não é. Todavia, a discussão empreendida aqui foi feita no sentido de que você, aspirante a intérprete ou intérprete, reflita sobre o fato de que não há invisibilidade possível, não totalmente, mas isso não acarreta que então o intérprete deva se deixar presente ao longo da interpretação, extrapolando o sentido do original. A verdade sobre a (in)visibilidade do intérprete reside numa característica atribuída a muitas áreas da vida humana: o equilíbrio. E este só se busca na prática e na reflexão crítica sobre a prática. Claro, aprender com os erros e acertos dos outros profissionais de áreas afins também ajuda, por isso, a seguir, você encontra um texto complementar sobre quão feliz ou infeliz um intérprete pode ser em suas tentativas de (in)visibilidade. Boa leitura!

Texto complementar

O intérprete: de “mal necessário” a “salvador da pátria”

*Palestra proferida no evento comemorativo do Dia do Tradutor,
1.º de outubro de 2004*

(QUENTAL, 2004)

O tema que proponho desenvolver é a percepção do trabalho do intérprete pelos atores envolvidos no processo: o cliente, os ouvintes, os colegas – mas também a imprensa, que, apesar de não fazer parte do processo de interpretação, também reflete seus ecos. Vejo essa percepção ao longo de um contínuo, cujos extremos seriam as ideias que coloquei no título: numa ponta o intérprete como sendo um mal necessário e, na outra, o intérprete como salvador da pátria – metáfora que será explicitada mais adiante.

Parece-me que, bem ou mal, esse contínuo é a experiência de todos nós que trabalhamos no campo da interpretação de conferência, assim como da tradução, uma área profissional que, apesar das inegáveis diferenças, é objeto de percepções extremamente semelhantes: tradutores e intérpretes, todos nós já vivemos alguma situação em que nos sentimos em um extremo ou outro.

Começando pela ponta do mal necessário, temos uma visão tradicional do tradutor que se manifesta através de algumas expressões, como *traduttori traditori*. Através desse jogo de palavras, o que está dizendo o senso comum? Que todo tradutor é inerentemente traidor. Que não há escapatória, pois o próprio traduzir implica em trair. Outra expressão clássica para se referir à tradução é *les belles infidèles*, “as belas infiéis”, ou seja, para ser bonita, a tradução tem que ser infiel; ou, quando a tradução é boa, significa que o tradutor foi infiel. São percepções que relativizam o papel do tradutor e diminuem sua importância. Outro exemplo dessa percepção é aquela frase atribuída ao escritor Robert Frost: “poesia é o que se perde na tradução”. Nessa definição, a tradução é usada para explicar aquilo que a linguagem tem de mais especial, a poesia, e essa coisa especial é justamente aquilo que se perde na tradução, justamente aquilo que a tradução não consegue capturar. Na interpretação,

essa percepção aparece mais comumente com a expressão “mal necessário”. O intérprete é necessário, sem dúvida, mas é um mal porque, afinal, seria muito melhor não precisar de intermediários e estabelecer um canal de comunicação direto com a outra parte. É comum essa ideia aparecer a partir do ponto de vista do cliente, aquele que contrata e que paga. Todos nós já enfrentamos algum grau de dificuldade, na hora da negociação, por causa do custo. O cliente reluta em reconhecer a importância daquele profissional e, portanto, em aceitar pagar o valor justamente elevado daquela atividade. Isso pode ocorrer na hora da negociação, mas também durante o próprio evento. No caso de empresas que precisam realizar reuniões frequentes com estrangeiros, por exemplo, e em que se faz necessária a ajuda de intérpretes, é normal haver uma certa hostilidade por parte do cliente, com o qual somos obrigados a ter um contato estreito dada a natureza do evento.

Outro ponto de vista seria o do próprio conteúdo, da língua, girando em torno da questão do erro, que já tive ocasião de discutir no trabalho “Ética profissional e erro em interpretação de conferência”, que apresentei no I Congresso Nacional de Tradução da Abrates. Refiro-me aos erros aos quais nós estamos sujeitos apesar de todo preparo e profissionalismo, erros que acontecem devido a uma série de circunstâncias, que tentei descrever no trabalho citado. É o caso de atos falhos decorrentes de expectativas frustradas ou da interferência da nossa ideologia e das nossas circunstâncias pessoais; é o caso dos números, sempre um desafio para o intérprete; do discurso original truncado, complexo, pouco claro, com sotaque, dificultando a compreensão; é a questão dos nomes próprios (de pessoas, produtos, empresas) que aparecem no discurso e que não foram fornecidos com antecedência. No caso dos oradores brasileiros, é comum o uso de termos em inglês com a pronúncia incorreta, mesmo quando a língua portuguesa tem equivalentes perfeitos, como aconteceu em um evento em que um dos participantes falava algo que soava como “mart” (*market*) para referir-se a “mercado”. Acredito que são todos tipos de erros que podemos tentar minimizar, mas é inegável que eles acontecem apesar de nossos esforços. O pior de todos é o jogo de palavras, justamente a “poesia” da interpretação, digamos assim, a parte mais surpreendente, a parte onde a forma assume papel de destaque para transmitir um conteúdo. E é justamente para perguntar sobre o jogo de palavras, a parte “divertida” da linguagem, que os participantes nos procuram no intervalo. Quem ainda não teve que responder à famosa pergunta: “Como você traduziu aquela expressão...” (e segue-se uma metáfora, um provérbio,

um jogo de palavras, uma expressão idiomática)? E nós somos obrigados a responder que, nos poucos segundos que tínhamos para pensar, não foi possível recriar a forma, mas que o conteúdo foi transmitido – ou seja, reconhecemos que a graça se perdeu. Inevitavelmente a pessoa que perguntou fica desapontada.

O terceiro ponto de vista é o do ouvinte, o usuário do serviço de interpretação. Ele também, em certas experiências, nos vê como mal necessário. Uma vez trabalhei em um evento de mulheres, em que foram discutidas questões, dificuldades e desafios relacionados à mulher. No final elas se reuniram em círculo, colocaram uma lata de lixo no meio e perguntaram a cada uma o que gostaria de jogar ali. Não faltaram ideias como “a injustiça”, “a discriminação” etc., até que uma delas disse: “eu quero jogar esses malditos fones que tive que usar a semana inteira, porque não aguento mais!”. Os fones, portanto, chegavam a ser um desconforto físico. Não era da tradução que ela estava se queixando, era do incômodo de ter que usar os fones por períodos prolongados. Nós, que estamos acostumados, também nos cansamos, imagina quem não está...

A esse propósito, uma vez tive uma experiência como usuária de interpretação que foi muito rica, pois me permitiu me colocar do outro lado. Foi uma palestra de um orador que tinha sido muito importante na minha formação acadêmica. Eu pertencia à comunidade que falava aquela linguagem, eu conhecia o jargão, mas a palestra foi em francês, uma língua que não domino perfeitamente, de modo que precisei da tradução simultânea. Pois sou obrigada a confessar que a experiência de ser usuária de tradução simultânea foi extremamente desconfortável, eu simplesmente não me conciliei com os fones de ouvido, e fiquei me perguntando por quê. Afinal, a tradução estava correta de um modo geral, o conteúdo estava correto (como entendo um pouco de francês, pude conferir). Identifiquei alguns problemas pontuais de jargão, de terminologia, que talvez pudessem ser justificados por circunstâncias específicas, mas não era esse o transtorno maior. O maior problema era a entonação. A interpretação saía com um tom absolutamente casual, desinteressado, distante. Para mim aquela era uma oportunidade única de ouvir um pensador brilhante, que, falando com ênfase e com paixão, demonstrava um sincero respeito pelo público, que reservou aquele tempo para ouvi-lo, que pagou antecipado para garantir sua vaga. Já para os intérpretes aquilo não passava de mais um evento, um trabalho como outro qualquer. Havia uma

clara discrepância de interesses: para mim, como ouvinte, aquela era uma ocasião muito especial, e para eles era apenas mais um dia de um trabalho. A tradução simultânea, ali, foi para mim um mal necessário. E me causou desconforto saber que eu também poderia estar naquele papel.

Em compensação, tive outra experiência como usuária que foi redentora daquela experiência ruim e que me mostrou como é possível mudar esse papel. Dessa vez eu estava trabalhando num evento onde havia oradores japoneses que eram traduzidos consecutivamente para o português por uma colega. Eu e minha colega de cabine, então, precisamos da tradução para o português para poder verter para o inglês. Não pude cotejar o conteúdo com o original, por razões óbvias, mas posso afirmar que era absolutamente coerente e que o jargão e as siglas estavam corretos, o que passou, a nós e ao público, uma impressão geral de correção. Independentemente disso, porém, a grande diferença foi a ênfase, o envolvimento, o interesse e a capacidade da intérprete de captar até o humor dos oradores, um desafio que facilmente se baseia no jogo de palavras. O discurso da intérprete era convincente e atraente, ela conseguiu de fato se apropriar do discurso, e é isso que fez a diferença. Além de melhorar a entonação, acredito que esse movimento de apropriação minimiza os erros, porque para se apropriar é preciso se envolver, e ao se envolver, alguns erros são naturalmente evitados. Naquela situação, então, nós intérpretes nos sentimos salvos pela intérprete de japonês, o público agradeceu emocionado ao final, e essa gratidão efusiva é prova de que aquela intérprete não foi vista como um mal necessário.

Não faltam exemplos de reações do público nesse mesmo tom. Uma vez eu e uma colega traduzimos um orador extremamente claro e expressivo, daqueles que encantam a plateia. Nós conseguimos nos apropriar do ritmo e da emoção de sua fala e, no final, enquanto ele era aplaudido de pé, uma pessoa no fundo da sala virou-se para a cabine para aplaudir a nós, numa clara demonstração de ter percebido a abrangência da nossa participação.

Outra vez foi mais surpreendente. Era uma consecutiva, uma situação mais tensa, uma dinâmica mais difícil, e um assunto mais complexo: filosofia. Eu usei a estratégia de tentar me apropriar do discurso, mas no meio da conferência, por um problema de anotação, cometi um lapso e troquei o nome de um filósofo: em vez de “Hegel” falei “Heidegger”, um erro indiscutivelmente grave... As pessoas na mesa perceberam e me corrigiram imediatamente. Desculpei-me e segui em frente, me esforçando para manter a apropriação.

No final julguei que aquele erro tinha estragado completamente o meu esforço e, no entanto, para minha surpresa, as pessoas me procuraram para me agradecer efusivamente, o cliente se mostrou muito satisfeito, e depois ainda elogiou meu trabalho para outros colegas. Parece, então, que o meu engajamento chegou a compensar o erro, que passou a ser visto como um lapso passível de acontecer com qualquer um, “desculpável”, portanto, dentro do contexto maior de apropriação.

Essa é, então, a outra ponta, a ponta de salvador da pátria, esse intérprete engajado, que brilha, que se apropria do discurso. Os tradutores também têm seu dia de salvador da pátria, como aconteceu com o colega Paulo Henriques Britto, a julgar por uma resenha publicada na revista *Época* de 02/08/2004. O livro em questão é *Mason & Dixon*, de Thomas Pynchon, autor americano sabidamente difícil de ler, que dirá de traduzir. Mas o foco parece estar tão concentrado na tradução – ou, como veremos, no tradutor – quanto no original, a começar pelo fato de que a resenha apresenta uma foto grande do tradutor, com uma foto bem menor do autor... É verdade que esse escritor vive recluso e não divulga fotos, de modo que supostamente só existe essa foto antiga do autor, mas mesmo assim chama atenção a escolha de publicar uma foto grande do tradutor, com uma foto 3x4 do autor embaixo. E a resenha percorre um caminho curioso, um caminho muito semelhante a esse contínuo que descrevi, de mal necessário, de bela infiel, a salvador da pátria. Começa assim: “O tradutor é, acima de tudo, um infiel. Ele tem consciência de que deixa de fora a própria textura original da língua em que o texto foi redigido.” Após dizer que é um mal necessário, porém, a resenha passa a elogiar a tradução, avalia que “É um caso raro de tradução que acrescenta ao original” e finalmente conclui: “Trair às vezes vale a pena.” Trocando em miúdos: o tradutor traiu, mas o resultado ficou até melhor.

Voltando para a interpretação, o caso emblemático do salvador da pátria aconteceu na viagem do presidente Lula para a Namíbia. Para quem não lembra, em 2003, Lula visitou a Namíbia, na África, como sempre acompanhado de seu intérprete oficial, o colega Sergio Xavier Ferreira, que, aliás, em fato inédito na história da República, tem o cargo de assessor especial do presidente. Ao saudar o presidente da Namíbia na chegada à capital do país, num discurso improvisado, Lula afirmou: “estou mais surpreso ainda porque quem chega a Windhoek não parece estar num país africano, nenhuma cidade é tão limpa e bonita [...]”. De acordo com o que foi noticiado

na imprensa, o intérprete nessa hora gaguejou e interrompeu o presidente (atrapalhando seu discurso, a rigor) para dizer: “desculpe, presidente, não estou entendendo.” Mas, ao invés de criticar a interrupção, a imprensa disse que o intérprete ajudou o presidente a corrigir o que poderia se tornar uma gafe diplomática, ou seja, salvou a pátria...

Finalmente, gostaria de concluir com mais um exemplo, que encontrei enquanto procurava o caso da Namíbia na internet. Trata-se de uma outra referência ao trabalho do intérprete num contexto político. A notícia referia-se a um congresso onde discursou o político Miguel Arraes. O trecho diz assim: “Miguel Arraes também foi vaiado na abertura do Congresso de Jornalistas. Aliás, quando começou a falar, muitos colocaram o fone nos ouvidos. Os da terra também preferiram a fluência da intérprete à voz engrolada, entre pigarros, do governador”. Casos como esse, em que o público prefere a voz do intérprete à do orador, não são raros – mais uma prova de que nem sempre o intérprete é um mal necessário. Às vezes ele salva a situação.

Dicas de estudo

Os Tradutores na História, de Delisle e Woodsworth, tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1995.

A leitura da obra é recomendada para quem tem interesse em acompanhar o surgimento e a evolução dessa profissão. Embora foque o tradutor em seu título, o livro também conta com contribuições ao entendimento da atuação do intérprete ao longo dos anos. O interessante no livro é sua divisão em temas ou áreas nas quais tradutores e intérpretes tiveram papel relevante: disseminação do conhecimento; desenvolvimento de literaturas nacionais, desenvolvimento das línguas nacionais, entre outros.

Matéria da revista *Aventuras na História* intitulada “Malinche, a Judas mexicana”. Disponível em: <<http://historia.abril.com.br/gente/malinche-judas-mexicana-473346.shtml>>.

O interesse reside no fato de ser um retrato histórico de quão antiga e, desde então e até hoje, fortuita é a profissão de intérprete. Também leva à reflexão com base em um caso verídico de como a interpretação pode influir na evolução ou não de uma civilização, em quanta responsabilidade ética o ato de interpretação implica.

Atividades

1. Discuta no que consiste o ato de interpretar e a diferença que ele apresenta em relação ao ato tradutório.

2. Embora a interpretação simultânea seja uma espécie de evolução da consecutiva, as duas práticas apresentam diferenças consideráveis do ponto de vista de sua execução. Com base no exposto sobre a Teoria do Sentido e sobre a Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, discorra sobre as diferenças entre interpretação consecutiva e simultânea.

3. Considere o excerto retirado do texto complementar:

O pior de todos é o jogo de palavras, justamente a “poesia” da interpretação, digamos assim, a parte mais surpreendente, a parte onde a forma assume papel de destaque para transmitir um conteúdo. É é justamente para perguntar sobre o jogo de palavras, a parte “divertida” da linguagem, que os participantes nos procuram no intervalo. Quem ainda não teve que responder à famosa pergunta: “Como você traduziu aquela expressão...” (e segue-se uma metáfora, um provérbio, um jogo de palavras, uma expressão idiomática)? E nós somos obrigados a responder que, nos poucos segundos que tínhamos para pensar, não foi possível recriar a forma, mas que o conteúdo foi transmitido — ou seja, reconhecemos que a graça se perdeu. Inevitavelmente a pessoa que perguntou fica desapontada. (QUENTAL, 2004)

Com base nele, usando-o como recurso argumentativo, discuta a noção de desverbalização do sentido formulado na língua-fonte e sua apresentação na língua-alvo, respeitando o significado do original.

[illegible]

Referências

FREIRE, Evandro Lisboa. Teoria interpretativa da tradução e teoria dos modelos dos esforços na interpretação: proposições fundamentais e inter-relações. **Cadernos de Tradução**, UFSC, v. 2, n. 22, 2008. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/9279/9413>. Acesso em: 9 ago. 2010.

MAGALHÃES JÚNIOR, Ewandro. **Sua Majestade, o Intérprete:** o fascinante mundo da tradução simultânea. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

PAGURA, Reynaldo. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA** [online], 2003, v. 19, n. spe, p. 209-236. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010244502003000300013>. Acesso em: 27 ago. 2010.

ROSA, Andréa Silva. **Entre a Visibilidade da Tradução da Língua de Sinais e a Invisibilidade da Tarefa do Intérprete**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

QUENTAL, Raffaella de Filippis. **O Intérprete**: de “mal necessário” a “salvador da pátria”. publicado em: 2004. Disponível em: <www.sintra.org.br/site/index.php?p=c&id=18&codcat=13>. Acesso em: 27 ago. 2010.

Gabarito

1. Resposta mínima deve reconhecer que embora tradução e interpretação sejam processos interdependentes, esta requer do intérprete capacidades específicas que envolvem tanto o aspecto cognitivo quanto linguístico, como por exemplo, boa capacidade de uso da memória de curto prazo, boa capacidade de processamento e análise da mensagem recebida, ser capaz de se ater à ideia do autor da mensagem, sem perder de vista o tom, o ritmo, a velocidade, as intenções discursivas etc.
2. Aqui o esperado é que o estudante apresente os três postulados básicos das duas teorias, cotejando-os de maneira a demonstrar distinções como: na interpretação consecutiva, mais do que na simultânea, o intérprete precisa, pela própria natureza do ato, reconstruir o discurso a partir da ideia nele veiculada e a partir do contexto a que tal ideia estava associada na mensagem transmitida, o chamado processo de desverbalização. Já a interpretação simultânea, mais do que a consecutiva, exige a tomada de decisões em questão de segundos, sendo que o planejamento do discurso segue, basicamente, o ritmo imposto pelo palestrante. Na consecutiva, por haver um período entre a fala do palestrante e a do intérprete, há um pouco mais de tempo para planejar o discurso.

3. Com base no excerto, o aluno deve argumentar que se o intérprete se prender à forma das palavras, ao desejo de usar palavras na língua-alvo “equivalentes” na língua-fonte, não conseguirá transmitir ao público o conteúdo da mensagem. Ater-se à ideia, uma ideia que não se prende a formas verbais, é um recurso muito útil para reconstruir sentidos da língua-fonte na língua-alvo, sendo que a materialização desse sentido na língua-alvo não precisa se submeter a um ideal de correspondência entre forma e forma. Afinal, como aponta Quental, nos poucos segundos que o intérprete tem à disposição, não é possível recriar a forma, de modo a conseguir, por exemplo, na língua-alvo o mesmo efeito – sonoro, estético – de um jogo de palavras produzido na língua-fonte, o que é possível garantir é o sentido.

